



MULHERES EXAUSTAS:

Os impactos do trabalho remoto para a mediação dos tempos sociais das mulheres que exercem trabalhos de cuidados gratuitos.

Maria Eduarda Gonçalves Muniz¹

RESUMO:

O ARTIGO REVISITA ANÁLISES, PUBLICADAS ANTERIORMENTE, DE EXPERIÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO REMOTO, A PARTIR DE ENTREVISTAS COM SERVIDORAS DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO, MÃES E CUIDADORAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DURANTE O PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL-2020. A FIM DE CAPTAR E PROBLEMATIZAR OS IMPACTOS PARA MEDIAÇÃO DOS TEMPOS SOCIAIS DESTAS MULHERES E PARA OS TRABALHOS DE CUIDADOS GRATUITOS.

PALAVRAS-CHAVE:

Trabalho Remoto; Cuidados; Tempos Sociais; Gênero.

RESUMEN ou ABSTRACT

THE ARTICLE REVISITS PREVIOUSLY PUBLISHED ANALYSES OF EXPERIENCES AND REPRESENTATIONS OF REMOTE WORK, BASED ON INTERVIEWS WITH FEMALE SERVANTS OF THE BRAZILIAN JUDICIARY, MOTHERS AND CAREGIVERS OF PEOPLE WITH DISABILITIES DURING THE PERIOD OF SOCIAL ISOLATION-2020. IN ORDER TO CAPTURE AND PROBLEMATIZE THE IMPACTS FOR MEDIATION OF THE SOCIAL TIMES OF THESE WOMEN AND FOR FREE CARE WORK.

PALABRAS CLAVE ou KEYWORDS

Remote Work; Care; Social Times; Gender.

1 Assistente social formada pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: elisamuniz.me@gmail.com



Introdução

Historicamente, o tempo dedicado aos trabalhos domésticos e de cuidados gratuitos realizado pelas mulheres não é contabilizado e valorizado, através de um longo processo de invisibilização, apropriação, opressão e exploração. Naturalizar esses trabalhos, que são fundamentais para sustentabilidade da vida humana (MARCONDES; YANNOULAS, 2012), como responsabilidade das mulheres, parte de uma visão binária, heteronormativa que invoca uma “essência feminina”, ancorada na Divisão Sexual do Trabalho, desconsiderando a construção histórica, social, cultural que reafirma a maior ou total responsabilidade das mulheres com o cuidar (ARRAZOLA, 2010). A divisão sexual do trabalho, enquanto um fenômeno desigual, histórico e social, vai estar sujeita a transformações, portanto se atualiza a partir do contexto conjuntural de cada determinado período histórico.

Bem como as críticas, também, vão se atualizando, principalmente a uma visão binária e heteronormativa. Com a ascensão do movimento e dos estudos feministas que se dedicam aos debates da divisão sexual racial e social do trabalho, trabalho reprodutivo, a desvalorização do trabalho feminino, seja ele assalariado ou gratuito, a “bipolaridade do trabalho feminino” (BRUSCHINI, 2000), interseccionalidade e modelos de delegação ou conciliação, trouxeram mais centralidade para o debate dos cuidados na agenda de pesquisa dos estudos feministas. A partir de uma perspectiva crítica é possível alcançar a diversidade e complexidade dos cuidados enquanto um conceito polissêmico, que tem diversas significações como “cuidar do outro, preocupar-se, estar atento às suas necessidades” (HIRATA e GUIMARÃES, p.01, 2012) É um conceito que não está restrito às práticas sociais do cuidado, se estende a subjetividade da pessoa que cuida.

Marcondes e Yannoulas (2012), definem “o cuidado” enquanto uma prática social ancorada na divisão sexual do trabalho, que tem como objetivo atender às necessidades humanas concretas. As teóricas elegem como um dos elementos definidores desse conceito a “interação face a face”, entre quem cuida e quem é



cuidado. Esta faceta, com frequência, estabelece uma relação de interdependência, visto que trata-se de uma necessidade humana, em algum momento todas as pessoas estão sujeitas e demandam cuidados. Envolve tanto uma dimensão objetiva, enquanto prática que atende a necessidades concretas materiais ou imateriais, como também uma dimensão subjetiva que envolve afeto, sentimentos e emoções. (MARCONDES; YANNOULAS, 2012, p. 175)

Pela “natureza” das práticas de cuidados, demanda-se de quem cuida “estar à disposição”, (p.175) de forma à atender às necessidades de quem é cuidado, ou seja, as prática sociais de cuidados complexifica a mediação dos tempos sociais das mulheres, porque pode significar até mesmo todas as 24 horas do dia dedicados aos cuidados (MARCONDES; YANNOULAS, 2012). Como mensurar então todo o tempo dedicado aos cuidados, principalmente se tratando daquele gratuito e atravessado de afetividade? Haja vista que são práticas que envolvem trabalho, emoções, ética, afetividade e que abrangem as duas pontas deste fio da interdependência dessa prática, quem cuida e quem é cuidado.

Essa essencialização dos cuidados como um ideal feminino, perpassa todas as classes sociais, mas se aprofunda adquirindo maior complexidade com o enovelamento de desigualdades e regimes de poder como raça e classe. Por isso a importância de se analisar qualitativamente essas contradições na condição de fundidas em um “nó”. Ao se imbricam, se alteram, de forma que uma análise isolada de cada uma dessas categorias não é capaz de compreender a complexidade que essas contradições criam a partir da articulação das mesmas (SAFFIOTI, 2004), ou seja, nos serve no marco desta pesquisa como uma estratégia de análise crítica da realidade concreta, a partir das dimensões de exploração-opressão que estruturam o capitalismo e impactam diretamente a sociabilidade dos sujeitos e as relações sociais construídas historicamente.

As teóricas feministas trouxeram para o debate da deficiência, a dimensão dos cuidados, da interdependência e das cuidadoras. Foram elas as primeiras a discutirem os cuidados de pessoas com deficiência e as dimensões morais e afetivas dessa relação. (GUIMARÃES, 2008, p.219, p.220) trouxeram a reflexão sobre a “interdependência, um conceito que diz respeito à manutenção das relações entre as pessoas através do cuidado.” (LUSTOSA, 2020, p.53) A dependência em



alguma medida faz parte da vida e da sociabilidade humana, ou seja, se estabelecem relações de interdependência na sociedade de diversas formas, não se restringe a grupos específicos, e essas relações permeiam, também, os cuidados, complexificando-o. Portanto, este debate nos interessa para entender a complexidade dessa relação na mediação dos tempos sociais das trabalhadoras remotas, uma vez que, essas mães cuidadoras enfrentam o problema da “conciliação” entre o trabalho assalariado e os cuidados de seus filhos com deficiência.

O debate também nos interessa porque os cuidados geralmente tem um caráter transitório, mas no caso de algumas deficiências podem ser permanentes, consequentemente a mediação e o uso do tempo dessas mulheres que exercem os cuidados permanentes ganham novas lógicas de complexificação, tais como o envelhecimento, essas mulheres vão adquirindo algumas limitações com o passar dos anos, seja de disposição ou força física, relatado por algumas mães. Outra questão que nos interessa, no marco deste artigo, é que quatro das seis entrevistadas possuem filhos dentro do espectro autista, dependendo das necessidades pedagógicas dessas crianças, elas precisam dedicar mais tempo para estímulo e desenvolvimento. Essas mães antes delegam esse tipo de estímulo, com terapias e aulas complementares ou nas escolas regulares, por exemplo, e perdem todo esse suporte por um período da pandemia, principalmente durante o isolamento, até algumas as terapias voltarem de maneira remota, o que complexifica ainda mais nosso debate sobre cuidados e medição dos tempos sociais.

O tempo, segundo DEDECCA (2008), representa a pluralidade de vivências que ocupam as vidas entre o nascimento e a morte. Este entendimento de tempo é abstrato e está sujeito às características de uma determinada organização social. A relevância está em como esse tempo é organizado e usado. Porém, principalmente, no âmbito das sociedades capitalistas a decisão sobre seu uso não é autônoma, o uso do tempo vai se relacionar aos diversos processos culturais, sociais e econômicos. O tempo, portanto, é entendido como uma mediação das relações sociais dentro da organização societária, na vida cotidiana e no mundo do trabalho (ARRAZOLA, 2010) permeado de desigualdades. Nesse sentido, no capitalismo há uma apropriação do tempo, definida pela separação entre o tempo destinado à



esfera produtiva e o tempo não destinado à produção mercantil, ou seja, à esfera reprodutiva, associada ao doméstico (VEIGA, 2019).

Com o avanço tecnológico e as reformulações no mercado de trabalho, o trabalho remoto foi proposto ainda na década de 1970, sob o discurso de ser possível alternativa às diversas crises como do petróleo à mobilidade urbana nas grandes metrópoles e, ainda, ao avanço da inserção das mulheres, das classes médias, no mercado de trabalho. Porém, será na década de 1990 que o tema começa a ganhar centralidade, especialmente nos países do norte global, com a sofisticação e massificação das tecnologias de informática e telecomunicações. (COSTA, 2007) O trabalho remoto ganha maior centralidade na pandemia pelas necessidades sanitárias de distanciamento e isolamento social, para a contenção do vírus da Covid-19, mas não é uma novidade no mundo do trabalho produtivo.

Segundo Costa (2007) o trabalho remoto pode ser entendido “como ferramenta e produto da reestruturação global do capital, do trabalho e dos mercados, em direção à fluidez da acumulação flexível” (p.106) Trata-se de uma flexibilização do trabalho impulsionada pela massificação das tecnologias de informática e telecomunicações, apoiada em estratégias gerenciais para aumento de produtividade e diminuição de gastos com a finalidade da expansão do acúmulo flexível de capital, que possibilita o desaparecimento das fronteiras de tempo e espaço “entre o trabalho e a casa, o trabalho e o não-trabalho, o trabalhador e o não-trabalhador, transformando o trabalho de um lugar para ir em algo que se pode fazer em qualquer lugar, a qualquer hora”.(COSTA, 2013, p.463) Essa modulação de trabalho tem um impacto direto na organização dos tempos sociais, uma vez que é possível que a trabalhadora trabalhe de qualquer lugar e a qualquer momento, também, permite-se uma invasão do tempo de trabalho produtivo assalariado na esfera doméstica, concomitantemente à invasão das atividades domésticas na vida profissional.

Neste artigo, apresento e discuto os dados e resultados adaptados da minha monografia em Serviço Social: O caso das mães cuidadoras servidoras do judiciário, aprofundados na trajetória do programa de pós graduação em Ciências Sociais. Analisei as experiências e representações do trabalho remoto, metodologicamente, a partir das narrativas através de entrevistas semi estruturadas longitudinais, com mulheres com as quais já acompanhava anteriormente, servidoras de um tribunal



superior que são mães ou responsáveis de pessoas com deficiência que acessam um programa institucional específico de assistência a pessoas com deficiência. Por ser um grupo específico de mulheres, foi suprimido o nome da instituição para manter o anonimato. Optei, também, por não utilizar nomes fictícios para que as narrativas não sejam identificadas, ao longo do artigo trarei partes das transcrições, porém sem identificação.

A fim de captar e problematizar os impactos do trabalho remoto para mediação dos tempos sociais das mulheres e para os trabalhos de cuidados gratuitos. Partindo da relação histórica e estruturante entre mulheres e trabalhos de cuidados, criticamente da divisão sexual social do trabalho na lógica de apropriação capitalista, entendendo a vinculação histórica entre mulheres e trabalhos de cuidados, atentando para a intersecção entre cuidados, deficiência e isolamento como complexificadores da mediação dos tempos sociais, articulada com o aprofundamento da “crise dos cuidados” escancarada pela pandemia de covid-19.

1. “Crise dos Cuidados”: O escancarar da insustentabilidade da organização das Práticas de Cuidados no contexto pandêmico

Por considerar que a pandemia de covid-19 gera impactos consubstanciais na vida e dinâmica da sociedade, sobretudo das mulheres, faço uma breve discussão desta conjuntura, principalmente das complexidades que ela traz para as relações sociais de cuidados e trabalho das mulheres. Realizo também essa análise do contexto pandêmico na vida e trabalho das mulheres chefes de família na pesquisa ‘Mulheres Chefes de Família e a Pandemia de Covid-19: uma análise dos riscos e desafios sobre a renda e cotidiano’ aprovada pelo Edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC (CNPq/PROIC/Unb) 2020/2021, que se transformou em um artigo aprovado pela X Jornada Internacional de Políticas Públicas de 2021 (JOINPP- UFMA) “entre tantas dimensões de desigualdades evidenciadas neste período, a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado foi uma das questões que as mulheres sentiram logo que as medidas de isolamento social foram iniciadas nos municípios brasileiros” (2020, p.5). É possível compreender essa intensificação e sobrecarga das mulheres, a partir da desresponsabilização do Estado com a manutenção e sustentabilidade da vida, da “não ação consciente do Estado brasileiro” (MARCONDES, 2012, p.182).



Desenha uma escolha política e vantajosa para a manutenção do sistema capitalista que as mulheres continuem sendo as grandes responsáveis pelos trabalhos de cuidados. Contudo, a partir da emergência em saúde pública, causada pela pandemia de Covid-19, torna-se ainda mais insustentável a perpetuação dessa lógica cruel de manutenção dessas relações. (MUNIZ, 2021) Durante o período de isolamento social, mais da metade, 51%, das mulheres que têm algum tipo de apoio na realização dos trabalhos domésticos e de cuidados, afirmaram que esse apoio diminuiu ou parou. (SOF; GÊNERO E NÚMERO, 2020)

Os trabalhos doméstico e de cuidados foram pilares fundamentais para mitigar e enfraquecer os efeitos mais nefastos da pandemia de covid-19. Todo esse trabalho gratuito e invisibilizado que as mulheres continuaram realizando, que funcionou como meio de diminuir e enfraquecer as consequências da (necessária) política de isolamento, como o fechamento de escolas, creches, restaurantes, clínicas. Porém, o custo é muito elevado para essas mulheres, como o cansaço e exaustão física e emocional. A mesma pesquisa constatou que 47% das mulheres entrevistadas são responsáveis pelo cuidado de outra pessoa, dentre elas 72% que são responsáveis pelos cuidados de pessoas com deficiência, idosos ou crianças afirmaram ter aumentado a necessidade de monitoramento e companhia. Essa é uma dimensão dos trabalhos de cuidados, ligada ao “estar a disposição” e que é extremamente invisibilizada, porque não há como atribuir uma atividade específica ou mesmo mensurar o tempo e uma dimensão que foi intensificada porque estando em casa estas mulheres estão mais suscetíveis às demandas do ambiente. (SOF; GÊNERO E NÚMERO, 2020)

“Acontece o tempo todo dele precisar de mim (...) como ele é criança me demanda muito, nem sempre ele consegue ficar brincando ali e eu falando com você, ele quer andar a casa toda, brincar, me pede comida (...) várias vezes eu estava no meio de uma reunião e ele me pedindo para desenhar (...) é difícil separar a mãe da profissional quando você tá em casa com uma criança que tem demandas específicas e isso foi agravado na pandemia, porque antes quando ele ia para escola, eu conseguia usar esse tempo para me dedicar mais ao trabalho e a outras coisas, agora eu preciso ficar na dinâmica porque senão, não consigo atender nem um lado e nem o outro.”

As trabalhadoras domésticas são centrais nas práticas sociais de cuidados, principalmente através de uma relação de delegação. A partir da consolidação da inserção das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo brancas, de classes



médias e altas, ocorre uma transferência dos trabalhos de cuidados para outras mulheres, que são, em geral, negras e periféricas (HIRATA; KERGOAT, 2007; MARCONDES, 2013). Porém, com a pandemia de Covid-19 e a necessidade de distanciamento, através de políticas de isolamento social, houve uma complexificação neste modelo pela impossibilidade de delegação em alguns períodos.

“Eu sempre tenho alguém ajudando em casa, uma pessoa que cozinha e limpa a casa. minha filha, que é quem demanda mais, vai para uma clínica todos os dias de manhã, então eu tenho ajuda. Mas o período do isolamento eu fiquei sozinha, aí ficou muito difícil mesmo, porque fazer meu trabalho, cuidar e atender as demandas dela e as demandas domésticas foi cruel.”

Uma vez que essas mulheres não puderam mais delegar, voltam a acumular toda ou grande parte das responsabilidades pelos trabalhos domésticos e de cuidados, ou seja, não há uma reorganização e redistribuição destas práticas. Nesta dinâmica, a relação entre mulheres, cuidados e exaustão foi, como em pesquisas anteriormente realizadas, nitidamente percebida durante todo o processo das entrevistas e durante as análises compreendidas como expressões da crise dos cuidados, que já era uma realidade na vida de mulheres, principalmente, das classes mais empobrecidas, sobretudo negras, que não têm a quem delegar os cuidados e que portanto acumulam os trabalhos de cuidados gratuito e assalariado. O acúmulo de tarefas, a maior ou total responsabilização pelo trabalho doméstico e de cuidados, a invisibilidade destas relações e a omissão do Estado são fatores que geram além de uma sobrecarga, um processo de profunda exaustão e solidão nessas mulheres.

“Eu fico cansada, me sinto extremamente cansada porque parece que todo o tempo preciso estar fazendo alguma coisa, eu amo meu filho e de forma alguma ele é a causa dessa minha exaustão, é mais a rotina que é pesada mesmo e sem ajuda fica ainda mais difícil.”

A pandemia de covid-19 escancara a dimensão do cansaço e esgotamento muito presente nas relações de cuidados, e aponta para a necessidade de que a sociedade reveja a sua atitude histórica de invisibilização, banalização e desvalorização dos cuidados. Sem ter como maquiar essas relações, a crise sanitária revela também uma “crise dos trabalhos de cuidados”, porque essas mulheres estão em um profundo processo de esgotamento e exaustão, e continuam como bases da sustentabilidade da vida humana. Essa exaustão, tão evidente nas



entrevistas, é a crise do cuidado aparecendo para mulheres brancas das classes média e alta, que antes delegavam, evidenciando que este modelo, base do capitalismo, não se sustenta.

Essa relação sempre existiu, mas antes eram sobretudo as mulheres negras e pobres que carregavam a maior parte do acúmulo entre trabalhos de cuidados gratuitos e assalariados. No contexto de pandemia, ficou escancarada a lacuna deixada pela ausência na corresponsabilização do Estado, de outros membros da família e da sociedade. Com a compulsoriedade do trabalho remoto e a necessidade de isolamento social essa dinâmica se complexifica, porque essas mulheres passaram a estar todo o seu tempo dentro de suas casas, o que também ocorreu com seus filhos devido ao fechamento de escolas e espaços públicos e privados, o que complexifica ainda mais o debate do tempo.

2. Trabalho Remoto: Uma estratégia de conciliação ou exaustão? O Caso das Mães Cuidadoras Servidoras do Judiciário

A ideia inicial deste trabalho foi privilegiar criticamente, dentre os impactos, aqueles relativos à compulsoriedade do Trabalho Remoto, entretanto, à medida que a pesquisa avançava, durante as entrevistas pôde ser percebido que a maioria destas mulheres aderiu ao trabalho remoto antes da compulsoriedade, provocada pela pandemia de covid-19, como forma de conciliação entre suas vidas profissionais e os cuidados com seus filhos. Então, me dedico a entender quais as motivações das trabalhadoras a optarem por esta modulação de trabalho, busco compreender os arranjos que as servidoras utilizam para conciliar os trabalhos produtivos e reprodutivos.

Neste sentido, a fim de captar a percepção das servidoras sobre a adesão ao trabalho remoto, questionei se antes da pandemia elas já o realizavam, quando respondiam que sim, perguntava qual tinha sido a sua principal motivação para optar por essa modulação de trabalho. Apenas uma das entrevistadas não realizava trabalho remoto antes da pandemia, o que foi percebido é que a natureza do trabalho desta servidora não é compatível com o trabalho remoto, uma dentista. Todas as outras servidoras possuíam trabalhos que não exigiam a presença delas para o trabalho ser materializado, portanto passível de ser feito de casa. Entre as



entrevistadas que optaram pelo trabalho remoto, apenas uma não associa a escolha desta modulação com alguma demanda que se relaciona aos cuidados de seus filhos.

“Sim, já realizava, assim que o projeto piloto foi implantado no tribunal, fui uma das primeiras candidatas, um ano antes da pandemia eu já estava em trabalho remoto, principalmente pela condição do meu filho, pela necessidade de acompanhamento, e eu estava com muita dificuldade pelo horário do expediente, que é um horário complicado para quem tem uma criança que depende de tanta atenção. Aí eu já pensei no TR para poder estar mais dentro da rotina dele.”

Durante as entrevistas com as servidoras esteve muito presente a relação entre maternidade e trabalho remoto, foi possível perceber esse imbricamento, desde a motivação que impulsionou a decisão de optar por esta modalidade de trabalho ao dia a dia das práticas de cuidados. Este relato, demonstra o caráter face a face das relações de cuidados, que Marcondes e Yannoulas (2012) descreveram, essa dimensão da interdependência, a necessidade de estarem presentes para exercerem os cuidados de seus filhos. A necessidade dessas mulheres de estarem a disposição de seus filhos é muito explícita, elas estão sempre reafirmando que os filhos precisam delas, da presença física, o que demonstra a incompatibilidade entre os trabalhos produtivo e de cuidados. Essa incompatibilidade é percebida pelas próprias servidoras, destaco este trecho da fala de uma delas “é um horário complicado para quem tem uma criança que depende de tanta atenção”, esse é um relato muito significativo, porque essas mulheres enfrentam a dificuldade de “conciliação” entre o trabalho assalariado e os cuidados de seus filhos de uma forma mais intensificada, devido às demandas específicas e o maior grau de dependência dos filhos.

Nessa dinâmica, o trabalho remoto se apresenta como uma estratégia de conciliação, justamente por estas mulheres enxergarem no TR uma possibilidade de acompanharem mais de perto o tratamento, desenvolvimento e demandas de seus filhos. Aqui se estabelece uma contradição, porque estando em casa seus filhos não compreendem essa separação entre trabalho e as atividades do cotidiano, as servidoras também possuem dificuldade em estabelecer essa separação, então por um lado elas conseguem estar presentes, por outro lado, esta opção não permite uma conciliação, uma vez que há sobreposição das esferas.



“Já aconteceu de eu estar em reuniões importantes e ficar super dividida sem conseguir atendê-lo (o filho), as vezes preciso delimitar fronteiras de acordo com a importância, mas é muito difícil porque ele não entende que agora eu estou trabalhando e não posso atender ele imediatamente, aí ele vem senta no meu colo, como agora, ou chora, ou fica correndo pela casa, é complicado fazer essa separação, depende muito da chefia também, a minha chefe é muito flexível, ela sabe da condição do meu filho, e às vezes eu preciso pedir para sair mais cedo de uma reunião porque ele tá com alguma necessidade aqui, já aconteceram inúmeras vezes.”

Novamente, e durante todo o processo de entrevistas, a dimensão da necessidade de disponibilidade presente nos trabalhos de cuidados, o “estar a disposição”, revela uma impossibilidade destas mulheres em conseguirem estabelecer um modelo de conciliação, o tempo todo elas precisam forjar estratégias para atenderem ambas as esferas. Estando em casa elas estão mais suscetíveis às demandas domésticas e de cuidados. Se antes havia uma maior delegação dessas atividades, permitindo que por um período, elas se dedicassem ao trabalho produtivo assalariado sem interferência, mesmo estando em casa, com a pandemia essas mulheres não puderam mais delegar e voltam a acumular toda ou grande parte das responsabilidades reprodutivas.

“Antes da pandemia eu tinha um respiro, no sentido que eu conseguia organizar todas as atividades do meu filho e a tarde ele ia pra escola e nesse momento eu trabalhava e não tinha interferência, nem ruídos, coisas que eu gastava 4h para fazer no tribunal, eu em casa gastava 2h com uma super concentração, mas com a pandemia tudo foi alterado e aí veio a sobrecarga de todos os lados, inclusive emocional, psicológica, isso de ter que dar ainda mais assistência para meu filho, os problemas que a pandemia trouxe para ele, de ficar mais nervoso, agitado, é mais difícil de controlar, ele passou a ter comportamentos mais extremos de gritar, espernear, coisas que ele não fazia. Então o papel de mãe foi elevado à décima potência.”

A indistinção de tempo e espaço, entre o trabalho produtivo assalariado e as atividades reprodutivas, domésticas e de cuidados, que é característica do trabalho remoto, resulta sobre as trabalhadoras em um conflito moral, principalmente pela dimensão afetiva dos trabalhos de cuidados, que se complexifica com o elevado grau de interdependência no exercício da maternidade e nas especificidades demandadas por seus filhos em função da deficiência, que gera um sentimento de culpa nessas mães, pois mesmo estando em casa ficam divididas entre atender as demandas domésticas e de cuidados, suprimindo toda atenção demandada por seus filhos ou desenvolver suas atribuições profissionais e atender as demandas do trabalho assalariado.



Estas duas esferas, produtiva e reprodutiva, demandam dessas mulheres concomitantemente, o tempo que em algum momento era definido por jornadas, agora com a modalidade do trabalho remoto, entra na lógica da flexibilização. As demandas chegam às trabalhadoras remotas ao mesmo tempo e sem distinção do espaço, uma vez que o trabalho invade a casa e essas mulheres passam a exercê-lo no mesmo ambiente que dormem, comem, cuidam de seus filhos, limpam, cozinham. Com isso elas começam a exercer seus papéis em ambas as esferas simultaneamente. Como já observado por Oliveira em sua tese doutoral (2017) a “premissa da flexibilização traz, nas entrelinhas, uma concepção de ‘trabalhador flexível’, que deve se dobrar e desdobrar para lidar com as novas exigências relacionadas ao trabalho e as metas de produtividade.” E no caso das mães cuidadoras, essa realidade é intensificada, porque não basta dar conta das demandas de trabalho.

“O trabalho em si, nunca foi um problema pra mim, é até um alento diante de tudo isso me sentir produtiva, é uma coisa que pra mim é muito importante, eu conseguir me manter produtiva com a mesma qualidade apesar de todos esses problemas. O que acontece é que eu tenho que trabalhar em horários esquisitos, tipo as vezes acordo 4h da manhã, porque sabia o que vinha adiante, que o dia seria muito puxado, então eu tenho que resolver as coisas do trabalho para seguir mais tranquila, eu tenho muita responsabilidade com meu trabalho, se eu não consigo cumprir alguma coisa, eu vou ficando angustiada. Essas cobranças são mais minhas que da minha chefia, pra mim é uma forma de refúgio, no sentido de manter minha cabeça ativa, justamente pra não fixar toda minha vida em só ser a mãe do (filho), mãe do (filho) autista, que aí vai só sobrecarregando, ainda ter que cuidar da casa porque não gosto de bagunça demais.”

“Eu to fazendo tudo, saí hoje de casa para trazer meu filho para terapia e tinha louça suja pra lavar, roupa para estender no varal e meu marido estava em casa escutando reunião, eu quando estou escutando reunião coloco o celular ali do lado e vou lavando as vasilhas ao mesmo tempo, e ele não, poderia muito bem colocar o celular próximo e estender as roupas, mas ele não faz isso, então assim eu que faço. Ontem eu estava conversando com meu chefe e meu filho sentado no meu colo, meu marido não faz isso.”

Nesta dinâmica as mulheres trabalhadoras domésticas estão invisibilizadas, porque antes da pandemia elas realizavam essas tarefas que eram delegadas. Estes são dois relatos que apesar de diferentes, nos permitem questionar os discursos que difundem a ideia do trabalho remoto como possibilidade de conciliação, através da autonomia da gestão do seu tempo, da liberdade em organizar seus horários, mas que na realidade extingue as fronteiras e diferenciações entre os tempos sociais e os espaços, porém as mulheres



“permanecerem como as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas”. (BRUSCHINI, 2007, p.571), ou seja, o que muda com o TR é a intensificação e sobreposição de tarefas.

Vejamos o primeiro relato, a servidora para conseguir atender a sua rotina profissional e de mãe, dona de casa, precisa acordar às 4 da manhã para trabalhar antes que seu filho acorde, esta mesma servidora conta durante as entrevistas que seu filho possui transtorno do sono, e portanto não dorme e ela o acompanha. É uma rotina, que segundo a própria servidora é “esgotante e exaustiva”, nos faz questionar ‘quando essa mulher dorme, descansa e repõe as energias para sustentar sua rotina?’ A modalidade de TR só atua nessa dinâmica como intensificadora dessa rotina, porque permite que esta mulher trabalhe durante as madrugadas em claro para manter o mesmo nível de produtividade e qualidade de seu trabalho assalariado. Numa relação contraditória, porque ao mesmo tempo o trabalho exerce função de escape da rotina intrafamiliar intensa e desgastante.

O segundo relato, permite constatar que a modulação de trabalho remoto torna mais explícitas e aprofunda essas desigualdades da divisão sexual do trabalho e no uso do tempo das mulheres, uma vez que borra as fronteiras entre público e privado e não muda a dinâmica de responsabilização das mulheres com os trabalhos domésticos e de cuidados, mesmo que estas tenham companheiros. Aqui se percebe, o que foi definido por Hirata e Kergoat (2008), uma vez que a divisão sexual do trabalho, nesse contexto, vai dividir o trabalho social, a partir dessas construções históricas, sociais e políticas das relações sociais entre mulheres e homens e os papéis que exercem na sociedade. Se não há uma redistribuição e corresponsabilização das atividades reprodutivas, essenciais para a sustentabilidade da vida humana, não há compartilhamento por conta da incompatibilidade entre os trabalhos produtivo e reprodutivo.

Os relatos das servidoras evidenciam os arranjos que se constituem e que possibilitam às mulheres exercerem suas profissões. Como já vimos no aparato teórico desta pesquisa, com a consolidação da inserção das mulheres no mercado de trabalho, principalmente de mulheres brancas, das classes médias e altas, sem uma renegociação das relações familiares, de cuidados e domésticas, combinadas



com a falta de políticas públicas que tenham como centralidade a redistribuição de todo trabalho reprodutivo exercido pelas mulheres, elas continuam sendo responsabilizadas. Diante desse acúmulo das atividades das esferas produtiva e reprodutiva, elas vão delegar a outras mulheres, geralmente mulheres negras, revelando as desigualdades entre diferentes grupos de mulheres. Esses arranjos, estão portanto inseridos nessa lógica desigual.

Para exercerem o trabalho produtivo há uma combinação entre arranjos, elas vão delegar através da contratação de diaristas, trabalhadoras domésticas, babás, professoras particulares, porém observa-se uma delegação maior relacionada às tarefas domésticas de casa e uma maior tendência de conciliação nos cuidados de seus filhos. São os caminhos que elas encontram e que permitem, segundo Oliveira (2017, p.144) a “manutenção das mulheres no mercado de trabalho”, sobretudo com uma rotina intensa de cuidados com os filhos. Esses arranjos tiveram alterações durante o isolamento social.

“Assim que eu ingressei no TR, eu tinha uma pessoa que me ajudava, mas ela preferiu mudar de cidade para estar próxima da família dela, aí eu consegui uma outra pessoa só que aí no meio da pandemia, no ano passado essa pessoa precisou sair porque ela não tinha quem deixar o filho, ela cuidava das coisas referentes à casa, mas em novembro ela pediu para sair e como estava muito próximo do final do ano não achei que compensa contratar alguém, e aí eu comecei a testar se eu ia conseguindo mediar as coisas, limpeza, alimentação... o que eu fiz foi contratar uma faxineira. Eu fui vendo que no final das contas eu consegui me organizar, assim entre aspas, de dar conta de todas as atribuições. Então hoje tá assim, eu tenho uma faxineira que vem uma vez na semana e que me ajuda, passei a comprar comida porque estava gastando muito tempo nisso e estava me atrapalhando.”

Esse relato faz um retrato do enovelamento das desigualdades de gênero, raça e classe e demonstra a desigualdade entre mulheres, que não formam um grupo hegemônico. Ambos os modelos de articulação, conciliação e delegação, mostraram-se insustentáveis, reflexo disso é a realidade na vida de mulheres das classes mais empobrecidas, sobretudo negras, que não têm a quem delegar os cuidados e que portanto acumulam os trabalhos de cuidados gratuito e assalariado, e no contexto da pandemia de forma ainda mais cruel precisam deixar seu trabalho e fonte de renda pela impossibilidade de delegar os cuidados.

O trabalho remoto é difundido como a estratégia de conciliação entre as vidas profissional e familiar, esse discurso motiva os trabalhadores e trabalhadoras a



optarem por esta modalidade de trabalho. No caso dessas mulheres que têm filhos com deficiência é mais que isso, elas enxergam no trabalho remoto a possibilidade de conseguirem dedicar mais tempo aos seus filhos, principalmente pela necessidade da proximidade e presença física para atender suas demandas. Porque se antes elas precisavam estar afastadas de seus filhos para trabalhar, agora é possível que ajustem seu tempo de trabalho em função dos filhos, gerando uma intensificação dos trabalhos de cuidados gratuitos exercidos por elas.

Na literatura sobre uso do tempo das mulheres, a mediação construída é a de que o tempo destinado à esfera reprodutiva está submetido e portanto é regulado pelo tempo destinado à esfera produtiva. “O tempo que sobra para a reprodução social (...) é definido em função da carga horária que se institui para o tempo econômico, que tem precedência sobre o primeiro, por ser remunerado e associado.” (RAMOS, 2009, p.866) Na lógica das sociedades capitalistas o trabalho ganha centralidade nas relações sociais, consequentemente na mediação dos tempos sociais. Então é comum que os nossos compromissos sejam estabelecidos de acordo com a jornada de trabalho assalariado, por exemplo, realizamos nossos afazeres domésticos e atividades pessoais nos horários em que não estamos trabalhando. Todavia, no caso estudado das mães cuidadoras servidoras em trabalho remoto, nós teremos três dimensões que parecem alterar essa lógica de mediação dos tempos sociais, pautada no tempo dedicado ao trabalho produtivo.

A primeira e nítida dimensão é a própria modalidade do trabalho remoto, uma vez que possibilita uma flexibilização do local de trabalho e dos horários destinados à produção assalariada, permite que o trabalho produtivo seja realizado de casa, sem uma separação entre as esferas produtiva e reprodutiva. O trabalho remoto, portanto, borra as fronteiras entre público e privado e altera a noção de tempo e espaço, gerando um acúmulo simultâneo entre os trabalhos reprodutivo e produtivo.

Toda essa engrenagem do trabalho remoto vai permitir e causar mudanças, justamente por alterar a percepção da distinção dos tempos sociais, agindo como intensificador na apropriação do uso do tempo das mulheres. Revela-se bem esse acúmulo das esferas produtiva e reprodutiva e o apagamento das fronteiras de tempo e espaço, aqui já é possível observar uma alteração na mediação dos tempos sociais, devido à sobreposição, nos termos de uma entrevistada “um bolo danado”,



nesse sentido de não linearidade das tarefas elas vão se sobrepondo sem qualquer distinção de tempo ou espaço, são realizadas literalmente de forma simultânea.

“De manhã passou a ter quase todos os dias atividades e a tarde a gente tirava um tempinho para fazer as atividades da escola, eles passaram a mandar os materiais impressos porque ele não consegue acompanhar a aula online, quando a menina estava aqui me ajudando era mais fácil porque ela cuidava de tudo e eu ia focar nessas coisas, agora ficou bem mais difícil, aí precisei contratar uma professora particular, levo ele para essa aula particular para auxiliar na escola, porque eu não estava dando conta de todas essas coisas.”

Outra dimensão, que possibilitou a alteração da mediação dos tempos sociais das mulheres foi os impactos da pandemia de covid-19 e das políticas de isolamento social. Com o fechamento de escolas, clínicas, creches, restrições de circulação, proliferação do vírus, houve uma intensificação dos trabalhos de cuidados e consequentemente uma sobrecarga das mulheres. A pandemia gera além dessa intensificação, a impossibilidade de delegação, ou seja, as mulheres precisaram rearranjar seus tempos sociais. Se antes era possível organizar a dinâmica dos tempos sociais para realizar o trabalho remoto enquanto os filhos estavam na escola, com o fechamento, a escola também passa a ser realizada dentro de casa. A pandemia acelerou e intensificou a invasão da esfera pública na esfera privada e vice e versa.

“Quando chegou a pandemia eu já estava em trabalho remoto, só que antes, parte do dia os meus filhos ficavam na escola e na creche, e eu os buscava e levava para as terapias (...) então eu tinha esse tempo para trabalhar e agora não tenho, ontem mesmo eu não consegui, fui começar a trabalhar eram 22:00 da noite, porque meu filho mais novo teve três crises de manhã e três à tarde, e meu outro filho estava tendo duas provas, então eu também fui dar apoio, além de arrumar a casa, fazer o almoço (...) eu levo um pra terapia, volto, depois levo o outro para terapia volto, aí quando chega tem que dar lanche, aí dou apoio pro meu filho mais velho nas provas e atividades porque ele é TDAH e tem autismo, aí eu sentei e o mais novo querendo atenção, subindo em cima de mim, quando eu consigo colocar ele para dormir é que eu vou trabalhar.”

“Foi muito complicado, principalmente no início que todas terapias ficaram suspensas inicialmente, foi muito difícil para ele, ele sentiu fortemente, os autistas são muito apegados a rotina então para ele foi um baque, mudou o comportamento inclusive negativamente, no sentido de ficar muito nervoso, entender o que estava acontecendo, porque foi de um dia pro outro. Eu tive que buscar atividades para ele se movimentar, precisei comprar aqueles jumps e colocar no quarto dele para ele pular e gastar energia, logo as clínicas voltaram, no início até tentamos remotamente mas não dava, ele não ficava parado nas chamadas e isso foi o que ajudou, porque a rotina dele passou a ficar organizada em função das terapias.”



A rotina destas mulheres já era intensa antes da pandemia, com os filhos o tempo todo dentro de casa essa intensificação é potencializada, porque elas passam a exercer os cuidados de maneira ininterrupta e são apresentadas novas complexidades. Durante as entrevistas a dimensão da deficiência dos filhos se apresentou também como uma dimensão primordial que complexifica a mediação dos tempos sociais dessas servidoras, elas precisam dedicar tempo especificamente para o tratamento, ou para a contenção das crises, ou seja, além de dedicar tempo aos cuidados dos filhos, precisam também dedicar tempo às demandas específicas provenientes da deficiência.

“Quando começou a pandemia meu filho não tinha nenhum transtorno de desenvolvimento apontado pela pediatria. Em julho de 2020, com dois anos e meio, ele teve uma regressão brutal de desenvolvimento, aí que fomos buscar ajuda, ele demonstrou os sinais. Depois de uma série de exames ele recebeu o laudo de autismo na modalidade regressiva. Em Brasília não tínhamos nenhuma família, e com a questão da covid se um de nós dois ficasse doente, teríamos muita dificuldade, pois estávamos sem nenhuma rede de apoio, nem escola, nem o programa do tribunal, nem empregada doméstica. Deixamos tudo aí, pegamos o carro e viemos para BH onde temos família. Nossa rotina virou de cabeça para baixo na pandemia e com o diagnóstico. (...) quando tirou a socialização ele teve uma regressão do desenvolvimento muito considerável, ele parou de falar, olhar nos olhos, a pandemia foi crucial pro agravamento do quadro dele (...) Quando ele teve a regressão e a neurologista passou uma série de exames, foi bem pesado e eu imediatamente mandei mensagem para meu chefe explicando a situação, estava voltando de licença maternidade, eu tinha umas férias guardadas, solicitei essas férias, fizemos os exames e nos mudamos para BH, tudo isso em um mês e já voltei a trabalhar. Pra mim foi muito pesado conseguir conciliar as terapias com a mudança e o trabalho, foi muito pesado inclusive psicologicamente, se eu não estivesse amamentando teria entrado com medicação para mim, por crise de ansiedade e na época não sei se de depressão, mas sentia uma tristeza muito grande.”

Depois de receber o diagnóstico, é possível perceber através do relato como a dinâmica de vida familiar foi extremamente alterada, e como trouxe novas demandas a essa servidora como, por exemplo, a mudança de Estado, para estar mais próxima à família e ter uma rede de apoio para exercer os cuidados dos filhos, principalmente com o início do tratamento e das terapias. Portanto a dimensão da deficiência, gera demandas específicas as quais necessitam da dedicação de tempo exclusivo, seja para levar e acompanhar em terapias, ou na busca pela melhor qualidade de vida de seus filhos, promovendo estímulos e atividades extraescolares.



Com o desenvolvimento da pesquisa, verificou-se uma certa inversão na afirmativa que inicia o presente tópico. Na literatura clássica sobre o uso do tempo das mulheres, principalmente no que se refere à mediação dos tempos sociais, o tempo do trabalho produtivo funciona como regulador e o tempo destinado à reprodução social está submetido ao tempo do trabalho assalariado e das instituições que formam a rede de cuidados (escolas, creches e clínicas), ou seja, os tempos ligados à esfera privada mostram-se estar submetidos e regulados pelos tempos destinados à esfera pública, porém, essa realidade é complexificada e se mostra diferente no caso estudado

“Ele tem atividades todos os dias, então o que eu faço é levar ele em todos os atendimentos e nos que são possíveis, eu trabalho. Como meu trabalho é muito relacionado à leitura, consigo fazer muita coisa pelo celular. Então eu vou conciliando, porque muitas vezes eu preciso ficar esperando e eu não vou ficar lá esperando sem fazer nada, então aproveito para pôr o trabalho em dia. Mas quando estamos em casa eu até tento separar um tempo só para me dedicar ao trabalho até que ele tenha alguma outra atividade, mas sempre me organizo nesses intervalos. No final da tarde que ele não tem atividade, eu uso para fechar, enquanto ele dorme ou está envolvido com alguma atividade.”

“Ele passou a ter fono, psicóloga e terapia ocupacional e agora fisioterapia, todos os dias praticamente ele tem alguma terapia e a nossa rotina é moldada em função das terapias, rotina de trabalho e da casa.”

“Eu não defino mais horário de trabalho, hoje mesmo eu acordei, fui ao médico, fiz almoço, arrumei a cozinha, coloquei roupa no varal, escovei os dentes do meu filho mais novo, e agora estou aqui na clínica de terapia deles e agora que são 14 horas, então assim eu só vou trabalhar provavelmente quando eles dormirem. ”

A imbricação entre pandemia, os cuidados referentes à deficiência de seus filhos e o trabalho remoto parece modificar a mediação dos tempos sociais das mulheres. A pandemia impossibilita a delegação e elas acumulam o que antes era delegado; a condição dos filhos terem deficiência complexifica a relação de interdependência e demanda mais tempo e energia destas mulheres. Estas dinâmicas dos cuidados se intensificam no contexto de trabalho remoto porque elas estão em casa, portanto, mais expostas às demandas do ambiente.

É possível perceber que antes da pandemia, enquanto estas mulheres já realizavam o trabalho remoto, elas regiam e organizavam o tempo destinado ao trabalho produtivo assalariado em função das atividades dos filhos, principalmente baseadas no horário escolar, das terapias, porque era neste momento que elas



realizavam o trabalho remoto produtivo e delegavam o trabalho doméstico. Se no trabalho presencial, essas mulheres precisavam definir a rotina dos filhos de acordo com a jornada de trabalho, com o trabalho remoto houve uma inversão dessa dinâmica com a intensificação, sobrecarga e exaustão das trabalhadoras.

A incompatibilidade gritante entre a carga dos trabalhos de cuidados exercido pelas mulheres e as demandas e metas da esfera produtiva, colocam as mulheres em um lugar contraditório, porque é atravessada por dimensões da subjetividade. Existem a afetividade, as expectativas, os sentimentos, emoções, o cansaço, todos esses fatores acompanham e permeiam essas relações. E esteve extremamente explícito esse sentimento de dualidade vivenciado pelas servidoras, então “eu estou exausta, cansada, esgotada, mas é meu filho, eu preciso estar, acolher, cuidar, independente do que eu sinta”, essa frase é na realidade a junção do que as servidoras trouxeram e que reflete um sentimento comum a elas, a dimensão da afetividade, muito marcada pelo sentimento de culpa. Elas se sentem culpadas pelo próprio cansaço, porque a construção social que determina os papéis das mulheres enquanto mães, esposas, cuidadoras, donas de casa, até mesmo profissionais, cria uma expectativa de que elas darão conta, não só nelas como em seus parceiros e na instituição que trabalham.

“Eu estou extremamente esgotada, eu achava que estava sobrecarregada, com a pandemia vi que a coisa pode ficar mil vezes pior, intensificou bastante, eu sinto pânico, uma ansiedade, precisei entrar com medicação.”

Durante as entrevistas era muito comum ouvir “eu sinto as vezes que não vou dar conta, estou me sentindo esgotada e sobrecarregada”, mas sempre acompanhada de uma justificativa “mas não é o trabalho, eu gosto do que faço, não é culpa do meu filho, eu o amo muito, não é ele o motivo do meu cansaço, é a rotina” e essa dualidade é adoecedora para estas mulheres, porque elas estão sempre se sentindo culpadas. Essa dimensão também influencia na mediação dos tempos sociais das mulheres, porque elas tentam dar conta de tudo, mediam os tempos sociais de forma que consigam atender as duas esferas.

Considerações Finais

O trabalho remoto intensifica os trabalhos de cuidados, não muda a redistribuição dos cuidados e reproduz uma ótica masculinizada do trabalho produtivo, além de



possibilitar que estas mulheres invertam a lógica de mediação dos tempos sociais, e o tempo dos cuidados passe a reger o tempo da esfera produtiva, que permanece com elevadas demandas de trabalho, gerando uma profunda sobrecarga nas mulheres, em especial durante a pandemia de covid-19.

As entrevistas possibilitaram acessar memórias sobre as trajetórias, multifacetadas e profundas, narradas por essas mulheres, cuidadoras, mães, com seus filhos e os desafios enfrentados nessa relação, principalmente, atravessadas pelas dimensões afetiva, contraditória, complexa, interdependente e indivisível dos cuidados. A demanda de tratamentos especializados multiprofissionais e das necessidades pedagógicas de seus filhos, acabou por ser inevitável para essas mulheres dedicarem mais tempo aos estímulos e desenvolvimento, ao mesmo tempo, que enfrentam o problema da “conciliação” (que se mostra um modelo insustentável) entre o trabalho remoto e os cuidados de seus filhos. Evidenciando a responsabilidade institucional para o desenvolvimento e efetivação de políticas e ações que de fato estejam comprometidas com os cuidados.

As experiências e narrativas vivenciadas pelas trabalhadoras remotas com seus filhos mostram que durante a pandemia, o período de distanciamento social e diante da impossibilidade de delegação dos trabalhos de cuidados e domésticos, devido às medidas e políticas de isolamento social, essas mães que antes delegavam esses estímulos, através dos tratamentos em diversas especialidades como fonoaudiologia, fisioterapia, psicomotricidade, psicopedagogia, psicoterapia, terapia ocupacional e psiquiatria, ou seja, com terapias, aulas complementares, com as próprias escolas regulares, por exemplo, perderam todo esse suporte e rede. O custo de todo o acúmulo dos cuidados é muito elevado para essas mulheres que apresentam cansaço e exaustão física e emocional.

Entrevistar essas mulheres foi parte fundamental para construção desta pesquisa, o espaço de entrevista se mostrou um espaço de escuta, no qual essas mulheres puderam falar de si e das suas realidades. Devido à relatada e nítida exaustão de muitas delas, o denso processo de realização das entrevistas me exigiu sensibilidade em escutar essas mulheres como forma de dar voz a elas e conseguir trazer nas análises a complexidade dessa realidade.



Referências Bibliográficas

ARRAZOLA, Laura. O estado e os tempos sociais femininos: uma mediação da opressão de gênero das mulheres. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Florianópolis. Anais Eletrônico. [Florianópolis]: Ufsc, 2010. p. 1-10.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. Cadernos de Pesquisa, [S.L.], n. 110, p. 67-104, jul. 2000.

CASTRO, Bárbara. Afogados em contratos: o impacto da flexibilização do trabalho nas trajetórias dos profissionais de TI. 2013. 368 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

COSTA, Isabela. Teletrabalho: subjugação e construção de subjetividades. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.41, n.1, p. 105-124, jan./fev., 2007.

DEDECCA, Cláudio. Regimes de trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres. In.: COSTA, Albertina; SORJI, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helana (orgs). Mercado de Trabalho e Gênero: Comparações Internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 279-297.26

GÊNERO E NÚMERO; SEMPREVIVA ORG. FEMINISTA. Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, 2007.

GUIMARÃES, R. Deficiência e cuidado: por quê abordar gênero nessa relação? Brasil: SER Social, v. 10, n. 22, p. 213-238, 2009.

MARCONDES, Mariana; YANNOULAS, Silvia. Práticas Sociais de Cuidado e a Responsabilidade do Estado. Revista Ártemis, Edição V.13, 2012. p. 174-186.



OLIVEIRA, Daniela. Do fim do trabalho ao trabalho sem fim: o trabalho e a vida dos trabalhadores digitais em home office. 2017. 196 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.